JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.29 06:28:03 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 29 de março de 2023 • Nº 1529 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CRÉDITO

Com juros de 1,97%, bancos retomam consignado

Poucas horas após o CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social) fixar o teto do juro do consignado para aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em 1,97% ao mês, grandes bancos anunciaram que vão voltar a oferecer essa modalidade de crédito. Caixa, Santander, Bradesco e Banco do Brasil informaram que vão retomar a modalidade imediatamente ou assim que a nova norma sair no Diário Oficial. O Itaú e o C6 disseram ainda estar avaliando a retomada da oferta. Os bancos haviam suspendido a oferta após o CNPS aprovar no último dia 13 um teto de 1,7% para o juro mensal da modalidade. A avaliação do setor era de que o teto era insuficiente para remunerar adequadamente os bancos. "O Bradesco informa que volta a operar normalmente a linha de crédito consignado do INSS a partir de amanhã, dia 29", informou o banco em comunicado. Segundo a assessoria, o Bradesco vai operar com a taxa definida pelo governo. "O Banco do Brasil informa que vai voltar a operar, imediatamente, a linha de crédito consignado INSS, após as definições divulgadas pelo CNPS", informou o banco. "O BB entende que as novas regras conciliam a remuneração adequada da linha com a oferta de crédito condizente com as necessidades financeiras de seus clientes", acrescentou o banco. Já a Caixa informou que a retomada da oferta será feita imediatamente após a publicação da instrução normativa no Diário Oficial da União. "A Caixa reforça seu compromisso de se posicionar entre as melhores taxas de mercado, retomando as concessões com a taxa média de 1,87% ao mês, abaixo do teto recomendado." O Santander também irá voltar a oferecer a modalidade de crédito a partir de hoje. O Banco Pan informou que, a partir da formalização do novo teto de juros pelo INSS, tem previsão de retomar a oferta do crédito consignado para beneficiários do INSS a partir de amanhã. PÁGINA 2

EPIDEMIA

Aumenta número de casos de dengue no RJ

PÁGINA 3

COPOM

BC empareda economia com juros altos e usa ata para pressionar Lula

Uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta com a política de juros, afirmou o Comitê de Política Monetária do Banco Central conforme ata divulgada ontem. Em meio à pressão do governo Lula, o BC manteve os juros em 13,75%. Pela redução dos juros, colegiado do BC. O Copom mostrou preocupação com a possível retorno da política de crédito subsidiado via BNDES. O BC destacou ainda que o processo de desinflação requer "serenidade e paciência" na condução dos juros, uma vez que a dinâmica movida por excesso de demanda se deslocou para o setor de serviços. PÁGINA 2

COMISSÕES MISTAS

PEDRO CONTIJO/AGÊNCIA SENADO

Pacheco contraria Lira e quer paridade de deputados

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (**foto**), afirmou ontem que vai levar aos líderes a proposta da Câmara dos Deputados para a análise das medidas provisórias (MPs), mas defendeu número igual de deputados federais e senadores. "Eu quero deixar muito à vontade os líderes para essa apreciação sobre a proporcionalidade, mas uma coisa que eu gostaria de ressaltar é que, nas comissões mistas, a paridade de 12 senadores e 12 deputados existe há mais de duas décadas", disse. "E funciona assim por uma razão muito simples: essa paridade não é quantitativa, ela é qualitativa, com peso igual entre as duas Casas", completou, destacando que o Senado "quer que o acordo obedeça estritamente a Constituição Federal". Depois de dizer na sexta-feira passada que as comissões mistas não andariam nem "um milímetro" na Câmara, Arthur Lira (PP-AL) voltou atrás na segunda-feira e levou ao Senado a proposta de aumentar o número de deputados federais e reduzir o de senadores. A nova proposta encampada pelo presidente da Câmara é compor as comissões mistas com três deputados federais para cada senador e estabelecer prazo para análise --atualmente são 12 parlamentares de cada Casa. PÁGINA 3

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Ministros do STF defendem redes sociais reguladas

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de Estado se revezaram ontem em audiência pública na defesa da regulação das redes sociais, com algum grau de responsabilização das empresas que as ofertam ao público. De outro lado, advogados de bigtechs como Google e Meta – donas de redes e aplicativos como YouTube, Instagram, Facebook e WhatsApp – contestaram a iniciativa, argumentando que isso não garantirá uma internet mais segura no Brasil. Eles defenderam que um ambiente digital mais saudável poderá ser alcançado com o aprimoramento da autorregulação já existente. Uma das falas mais incisivas durante a manhã foi a do ministro do Supremo Alexandre de Moraes (**foto**), que é também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e trabalhou com proximidade junto às plataformas de redes sociais para garantir a segurança das eleições gerais de 2022. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 1,52% / 101.185,09 / 1.514,62 / Volume: R$ 20.970.036.486 / Negócios: 3.296.396

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	2.63	+18.47	+0.41
RAIZEN PN ED N2	2.650	+5.58	+0.140
QUALICORP ON NM	4.02	+6.35	+0.24
BRASKEM PNA N1	19.63	+5.77	+1.07
PETZ ON NM	6.38	+5.98	+0.36

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
REDE D OR ON NM	20.000	–4.85	–1.020
MRV ON NM	6.87	–2.83	–0.20
MELIUZ ON NM	1.000	–0.99	–0.010
JBS ON NM	17.91	–2.02	–0.37
YDUQS PART ON NM	6.91	–1.29	–0.09

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
AMBEV S/A ON	14.59	+4.74	+0.66
B3 ON NM	10.68	+0.85	+0.09
VALE ON NM	79.37	+1.06	+0.83
PETROBRAS PN N2	23.59	+1.77	+0.41
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	23.73	+0.47	+0.11

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.394,25	-0,12
NASDAQ Composite	11.716,08	-0,45
Euro STOXX 50	4.169,47	+0,09
CAC 40	7.088,34	+1,04
FTSE 100	7.484,25	+0,17
DAX 30	15.142,02	+0,09

Salário mínimo	R$ 1.302,00	**IGP-M**	-0,06% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA**	0,84% (fev.)	Compra: 5,6544	Venda: 5,8344
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(22/03)	13,75%	1,02	até o dia 28/mar.	Compra: 5,1727	Venda: 5,1733
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
29/3)	0,74%	BM&F/grama	R$ 324,00	Compra: 5,1637	Venda: 5,1643
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(mar./23)	0,2392%	Compra: 5,6001	Venda: 5,6007	Compra: 5,1856	Venda: 5,3656

Economia

MERCADOS

Bovespa sobe 1,52% e rotoma os 100 mil pontos; dólar cai 0,8%

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta e o dólar em queda ontem. O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 1,52%, a 101.185 pontos. O dólar comercial à vista caiu 0,8%, a R$ 5,165.

No mercado de juros, no contratos para janeiro de 2024, as taxas passaram dos 13,05% do fechamento de segunda-feira para 13,14%. Para janeiro de 2025, os juros subiram de 11,88% para 11,97%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa fechou estável em 12,14%.

Entre as ações, destaque para a ordinária da Hapvida, que subiu mais de 18% ontem.

Outra alta importante do dia ficou com a ação ordinária da Ambev, que avançou quase 5%.

Em Nova York, os índices de ações caíram. O Dow Jones fechou em baixa de 0,12%. O S&P 500 e o Nasdaq recuaram 0,16% e 0,45%, respectivamente.

NOMES DO GOVERNO

Conselho da Petrobras rejeita 2 indicados para renovação do colegiado

Após pareceres negativos de comitê interno, o conselho de administração da Petrobras rejeitou duas indicações do governo para a renovação do colegiado, que será avaliada em assembleia de acionistas no fim de abril. A rejeição é uma derrota do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que foi criticado por sindicatos e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante o processo de elaboração da lista dos nomes que irão substituir o conselho eleito ainda no governo Jair Bolsonaro (PL).

Os nomes considerados inelegíveis são o secretário de Petróleo e Gás do MME, Pietro Mendes, e o ex-ministro Sergio Machado Rezende, que é dirigente do PSB. Nos dois casos, o comitê responsável por analisar os currículos alegou vedações estipuladas pela Lei das Estatais. Chamado de Cope (Comitê de Pessoas), o grupo é formado por quatro membros do conselho de administração e por um membro independente.

Em seu parecer sobre Mendes, avaliou que ele não incorre em vedações, desde que renuncie ao cargo no MME. Com base na avaliação do comitê, o conselho de administração decidiu, por maioria, pela inegibilidade.

A respeito de Rezende, o Cope considerou que é inelegível por participar de diretório de partido político, o que é vedado por lei e pelo estatuto da companhia. A decisão foi seguida por todos os conselheiros que votaram na reunião. O governo, porém, pode insistir nas nomeações. Em 2022, Bolsonaro atropelou a decisão do conselho e manteve os nomes do então número dois da Casa Civil, Jonathas Assunção, e do procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano. Ambos haviam sido vetados pelo conselho, mas foram eleitos pelo governo em assembleia com base em um parecer jurídico que considera que a posição dos órgãos internos é consultiva e não determinativa.

O governo já previa resistências à lista de Silveira e indicou onze pessoas para as oito vagas em disputa. Em manual de votação para a assembleia, a Petrobras informa que outros quatro nomes foram aprovados pelo conselho.

A lista inclui o presidente da estatal, Jean Paul Prates; o diretor da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento), Vitor Saback; o economista ligado ao PT Bruno Moretti; e Suzana Kahn Ribeiro, que foi secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente no segundo governo Lula.

R$ 16 MILHÕES

A Petrobras prevê gastar R$ 16 milhões com o pagamento de participação nos lucros a seus diretores em 2023. O valor é 60% superior ao verificado no ano anterior e inclui premiações pelo lucro recorde de 2022 e parcelas remanescentes de anos anteriores.

O gasto é parte do orçamento para remuneração da administração da companhia que será levado a votação em assembleia de acionistas no fim de abril, quando a empresa elege também seu novo conselho de administração.Considerando salários e bônus para diretores e conselheiros, a Petrobras prevê gastar R$ 53,6 milhões em 2023, alta de 85% em relação ao verificado em 2022.

Nota

ÍNDICE DE CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO CAI 0,3 PONTO NO PAÍS

O Índice de Confiança da Construção (ICST) não variou em março e se manteve em 94,4 pontos, patamar de moderado pessimismo. Em médias móveis trimestrais, o índice caiu 0,3 ponto. Ele foi divulgado ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Segundo a coordenadora de Projetos da Construção do Ibre/FGV, Ana Maria Castelo, pelo segundo mês a perspectiva em relação à demanda dos próximos meses melhorou. Ela destacou que uma percepção mais negativa sobre a tendência do ambiente de negócios contaminou o indicador de expectativas, que fechou o primeiro trimestre sem recuperar a queda recente, apontando pessimismo moderado do setor. "Como já observado em fevereiro, o ritmo de atividade sinaliza desaceleração – o indicador de evolução recente fechou o trimestre em queda.

CRÉDITO BANCÁRIO

Conselho aprova taxa de juro de 1,97% para o consignado

Duas semanas após reduzir o teto do juro do consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para 1,7% ao mês, o CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social) decidiu, em reunião extraordinária, elevar o limite da taxa com desconto em folha para 1,97% ao mês.

A medida busca resolver o impasse que fez bancos públicos e privados suspenderem a concessão da linha de crédito a aposentados e pensionistas.

A decisão de revisar a taxa de juros para 1,97% ao mês foi aprovada ontem com 11 votos favoráveis de membros do governo, aposentados e trabalhadores, três abstenções (empregadores, representados por organizações formadas por bancos), e um voto contrário do Sindnapi (Sindicato Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos), que defendia 1,9%.

Se um aposentado que recebe um salário mínimo do INSS (hoje, R$ 1.302) pegar R$ 1.000 emprestados em consignado por 1,97% ao mês, por exemplo, vai pagar 84 parcelas de R$ 24,45. Pela taxa anterior, de 1,7%, cada prestação neste exemplo seria de R$ 22,45. Os cálculos foram feitos pela Anefac (Associação Nacional de Executivos), a pedido da Folha de S.Paulo.

O colegiado ainda limitou a taxa para o cartão de crédito consignado em até 2,89% ao mês –acima do patamar de 2,62% estabelecido no último encontro do CNPS.

A proposta do governo havia sido definida poucas horas antes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em encontro no Palácio da Alvorada com os ministros Carlos Lupi (Previdência), Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho), e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior –que representou o ministro Rui Costa, afastado com uma forte gripe.

Também esteve presente o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo.

"Levantamos a discussão sobre algo que estava obscuro e jogamos luz. A partir desse princípio, tivemos várias reuniões com equipes do governo para definir a taxa", comentou Lupi.

A reunião com o presidente foi cercada por informações desencontradas por parte do governo. Depois de ter sido confirmada na noite de segunda, a Casa Civil emitiu nota na manhã desta terça negando que um novo encontro para rediscutir a taxa fosse ocorrer.

De acordo com Haddad, o ministro da Previdência saiu da discussão arbitrada por Lula com orientações do chefe do Executivo para levar o posicionamento do governo para o CNPS.

"Levamos tabelas, levamos uma longa explicação sobre o que aconteceu com o crédito consignado desde a última decisão, penso que o ministro (Carlos Lupi) está bem municiado de argumentos para recalibrar a taxa e permitir tanto para o aposentado o acesso a crédito e a garantia de que é um crédito mais barato do que o que vem sendo praticado até agora", disse.

O plenário deliberou também nesta terça a criação do processo de realização, em até 60 dias, dos grupos de trabalho sobre a operação do cartão de crédito consignado e o endividamento dos beneficiários, além da análise referente à composição e competência do CNPS.

Segundo Lupi, Lula pediu análise governamental, nos próximos 30 dias, sobre o futuro do consignado e do cartão de crédito vinculado.

"A Presidência da República propôs a criação de um grupo técnico sobre o consignado com a presença dos ministérios da Previdência Social, Fazenda, do Trabalho e Emprego e Justiça, bem como o Banco do Brasil a Caixa", afirmou. "Temos o compromisso público de aprofundar o papel dos consignados. Estamos recuando, mas a aparente derrota vai esclarecer a verdade."

Na noite de segunda-feira, uma reunião entre ministros do governo Lula sobre o crédito consignado dos aposentados terminou sem acordo. Eles decidiram levar o impasse para que o presidente pudesse bater o martelo sobre o tema.

A revisão da taxa vinha sendo discutida por um grupo de trabalho, que contava com a participação de membros do governo e de representantes do sistema financeiro e dos bancos.

Na sexta-feira, em reunião em São Paulo, representantes de bancos haviam sinalizado que poderiam acatar uma taxa inferior à de 2,08% ao mês proposta no encontro anterior, mas superior a 2% ao mês. Segundo interlocutores, as instituições apresentaram uma taxa de 2,01% como alternativa em meio a uma série de cenários.

Já as centrais sindicais, órgãos ligados aos aposentados e confederações de trabalhadores de diversos setores definiram na segunda que aceitariam um limite de 1,9% para a taxa de juros do crédito consignado do INSS.

O imbróglio começou depois da redução do teto dos juros do empréstimo consignado do INSS de 2,14% para 1,7%, ao mês em decisão aprovada pelo conselho no dia 13 de março.

COPOM

BC empareda economia com taxa de juros e usa ata para mandar 'recadinhos' a Lula

Uma regra fiscal "sólida e crível" pode ajudar no processo de desinflação ao produzir efeitos nas expectativas, embora a apresentação do novo marco não tenha relação direta com a política de juros, afirmou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central conforme ata divulgada ontem. Em meio à pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução dos juros, colegiado do BC falou mais de uma vez no documento sobre a necessidade de ter "serenidade e paciência".

"O comitê seguirá acompanhando o desenho, a tramitação e a implementação do arcabouço fiscal que será apresentado pelo governo e votado no Congresso. O Copom enfatizou que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a apresentação do arcabouço fiscal, uma vez que a primeira segue condicional à reação das expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos", afirmou.

"O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia e o prêmio de risco associado aos ativos domésticos", acrescentou.

No documento, o BC fez acenos ao Ministério da Fazenda ao ecoar o discurso do ministro Fernando Haddad sobre os efeitos positivos em caso de harmonia entre as políticas monetária e fiscal, embora tenha mantido a mensagem no trecho final do documento sobre a possibilidade de voltar a elevar os juros caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. Na última quarta-feira, o BC não cedeu à pressão pela redução dos juros, contrariou Lula e manteve a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano.

"O comitê reforçou que a harmonia entre as políticas monetária e fiscal reduz distorções, diminui a incerteza, facilita o processo de desinflação e fomenta o pleno emprego ao longo do tempo", disse. "Nesse aspecto, o comitê reforça a importância de que a concessão de crédito, público e privado, se mantenha com taxas competitivas e sensíveis à taxa básica de juros." O Copom mostrou preocupação com a possível retorno da política de crédito subsidiado via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ainda que não tenha citado a instituição explicitamente.

"Ao avaliar os fatores que poderiam levar à materialização de cenário alternativo caracterizado por uma taxa de juros neutra (que não estimula nem contrai a economia) mais elevada, enfatizou-se a possível adoção de políticas parafiscais expansionistas, que têm o potencial de elevar a taxa neutra e diminuir a potência da política monetária, como já observado em comunicações anteriores do Comitê", disse.

O colegiado do BC destacou ainda que o processo de desinflação requer "serenidade e paciência" na condução dos juros, uma vez que a dinâmica movida por excesso de demanda se deslocou para o setor de serviços.

"Observa-se assim uma dinâmica inflacionária movida por excessos de demanda, inicialmente em bens e que atualmente se deslocou para o setor de serviços, e que, portanto, requer moderação da atividade econômica para que os canais de política monetária atuem", disse. "Tal processo demanda serenidade e paciência na condução da política monetária para garantir a convergência da inflação para suas metas." A decisão do colegiado do BC e o tom duro do comunicado da última semana foram alvo de críticas do presidente, que disse que "a história julgará" as decisões do BC, e de membros do primeiro escalão do governo.

A ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) disse na semana passada que esperava uma ata "imparcial e justa com o Brasil" e que era preciso aguardar.

Já na segunda-feira passada, véspera da divulgação do novo documento, ela afirmou que o comunicado mandou um recado equivocado. Sua crítica pública se somou ao comentário do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que disse considerar "muito preocupante" o tom do comunicado do BC, e do ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), que classificou a Selic em 13,75% ao ano como "desproporcional".

IPCA

Ipea revê para cima projeção de inflação para 2023

Mesmo com a tendência de queda das pressões inflacionárias demonstrada nos últimos meses, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) reviu para cima a expectativa de inflação para 2023. Na nova projeção do instituto, divulgada ontem, no Rio de Janeiro, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegaria a 5,6% em 2023, ante projeção de 4,9% feita em dezembro.

A revisão do IPCA ocorreu por causa do "desempenho menos favorável dos preços administrados e dos serviços, especialmente os relativos à educação", segundo o Ipea.

A projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passou de 4,9% para 5,5%. "A expectativa é que 2023 reflita o que foi observado no primeiro bimestre de 2023, com contínua desaceleração dos preços dos bens e serviços livres, aliada a uma alta mais intensa dos preços administrados", informou o Ipea.

Segundo o instituto, também devem impactar a inflação deste ano a reoneração dos combustíveis, por um lado, e a queda do preço de venda da gasolina pela Petrobras às distribuidoras por outro, bem como o reajuste acima do esperado para os planos de saúde no primeiro bimestre. Dessa forma, o Ipea reviu a projeção de inflação dos bens e serviços monitorados para 8,2%, ante os 5,6% previstos em dezembro.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 32º 22º 85% 05:58 17:54 **OUTONO:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

COMISSÕES MISTAS

Pacheco contraria Lira e quer paridade de deputados

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem que vai levar aos líderes a proposta da Câmara dos Deputados para a análise das medidas provisórias (MPs), mas defendeu número igual de deputados federais e senadores.

"Eu quero deixar muito à vontade os líderes para essa apreciação sobre a proporcionalidade, mas uma coisa que eu gostaria de ressaltar é que, nas comissões mistas, a paridade de 12 senadores e 12 deputados existe há mais de duas décadas", disse.

"E funciona assim por uma razão muito simples: essa paridade não é quantitativa, ela é qualitativa, com peso igual entre as duas Casas", completou, destacando que o Senado "quer que o acordo obedeça estritamente a Constituição Federal".

Depois de dizer na sexta-feira passada que as comissões mistas não andariam nem "um milímetro" na Câmara, Arthur Lira (PP-AL) voltou atrás na segunda-feira e levou ao Senado a proposta de aumentar o número de deputados federais e reduzir o de senadores.

A nova proposta encampada pelo presidente da Câmara é compor as comissões mistas com três deputados federais para cada senador e estabelecer prazo para análise --atualmente são 12 parlamentares de cada Casa.

Pacheco se reuniu a sós com Lira ontem e, depois, com os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Após o encontro, Randolfe disse que a conversa entre Pacheco e Lira "foi muito produtiva" e que governo e Congresso estão "bem próximos dessa solução".

Com o prazo cada vez mais apertado para aprovação (que é de 120 dias), o governo pretende enviar projetos de lei em regime de urgência para substituir medidas provisórias que já tinham sido editadas.

"É urgente pelo menos algumas medidas provisórias nós já termos a instalação das comissões mistas. E outras, até pela praticidade, para não ter prejuízos para o governo, poderiam ser apresentados projetos de lei em regime de urgência", disse Randolfe.

Uma das MPs de Lula que espera aprovação é que a reestruturou e criou ministérios, como o dos Povos Indígenas e da Cultura. Outro texto aguardado pelo governo é o que estabelece o voto de qualidade no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Financeiros).

Assim como outras propostas enviadas por Lula em janeiro, as duas MPs estão paradas no Congresso há mais de 50 dias. Outros programas essenciais para o Palácio do Planalto, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, também foram recriados via medida provisória.

Pacheco cumprimentou os deputados federais pela "compreensão" em torno da necessidade de manter as medidas provisórias --como manda a Constituição--, e disse que não há disputa de poder nem de prerrogativas entre Câmara e Senado.

EPIDEMIA

RJ regista aumento do número de casos de dengue

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), por meio da Subsecretaria de Vigilância e Atenção Primária à Saúde, informou ontem que o número de notificações de casos prováveis de dengue no estado do Rio está acima do que era esperado para o momento, mas não ultrapassou o limite que pode ser considerado epidemia.

Até 25 de março (12ª semana epidemiológica de 2023), o estado registrou 8.823 casos prováveis de dengue este ano e um óbito confirmado. Foram identificados, no estado, os sorotipos 1 e 2 do vírus da dengue, com predomínio, até o momento, do primeiro. Em 2022, no mesmo período, foram registrados 1.283 casos. No ano passado, foram identificados os sorotipos 1 e 2 do vírus da dengue.

"Houve aumento do número de casos em comparação a anos anteriores, que tiveram um número muito baixo de notificações em função da pandemia de Covid-19. A SES alerta que, historicamente, a maior incidência de casos de dengue no Rio de Janeiro acontece entre os meses de março e abril", diz a nota.

A pasta afirmou que segue monitorando a situação, atuando de forma preventiva e complementar aos municípios com o objetivo de evitar o agravamento da situação epidemiológica do estado, apoiando as medidas de contenção estabelecidas nos planos de contingência.

A SES-RJ informou que monitora semanalmente os casos notificados e a circulação viral de dengue, chikungunya e zika, realiza ação complementar com carro fumacê nos municípios, quando indicado, e distribui inseticida para os municípios. Além disso, realiza capacitações em ações de controle de mosquitos e sobre o atendimento a pacientes com dengue e outras arboviroses para médicos e enfermeiros das unidades de saúde de urgência e emergência e produz e divulga campanhas sobre proteção e prevenção, entre outras medidas.

Além das ações previstas no plano de contingência para enfrentamento às arboviroses urbanas, a SES-RJ estabeleceu parceria com o Ministério da Saúde e com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para aprimorar o monitoramento da infestação do mosquito Aedes aegypti a partir da instalação de armadilhas chamadas ovitrampas, que atraem fêmeas do mosquito, tornando mais sensível o monitoramento do ambiente. Inicialmente, foram selecionados dez municípios: Macuco, Vassouras, Volta Redonda, Itaboraí, Nova Iguaçu, Itaguaí, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Cabo Frio e Saquarema.

PANDEMIA

Brasil atinge a marca de 700 mil mortes por Covid-19

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Brasil alcançou ontem a marca de 700 mil mortes causadas pela Covid-19, informou o Ministério da Saúde. No último dia 11 de março, a pandemia completou três anos e deixou muitos impactos na vida dos sobreviventes e daqueles que perderam alguém para a doença.

Em comunicado, o Ministério da Saúde destacou que a vacinação é a principal forma de combater a crise sanitária e proteger contra casos graves e óbitos causados pela doença.

"Aumentar as coberturas vacinais contra a Covid-19 é prioridade do Ministério da Saúde, que lançou o Movimento Nacional pela Vacinação no fim de fevereiro. Até agora, mais de 6 milhões de doses de reforço bivalentes já foram aplicadas. No entanto, é importante ressaltar que os grupos prioritários devem procurar uma unidade de saúde", destacou a pasta.

Todas os integrantes dos grupos prioritários podem receber o reforço com a vacina bivalente contra a covid-19. A dose oferece proteção contra a variante original do vírus causador da covid-19 e contra as cepas que surgiram posteriormente, incluindo a Ômicron, variante de preocupação no momento.

vacinar contra a covid-19 com a dose bivalente os idosos de 60 anos ou mais de idade, população privada de liberdade, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, funcionários do sistema de privação de liberdade, gestantes e puérperas e trabalhadores da saúde.

A vacina também está disponível para adolescentes a partir dos 12 anos e adultos dentro dos grupos prioritários: pessoas vivendo em instituições de longa permanência e seus trabalhadores; imunocomprometidos; indígenas, ribeirinhos e quilombolas; e pessoas com deficiência permanente.

Para receber o imunizante, é preciso ter completado o esquema primário com as vacinas monovalentes e respeitar um prazo mínimo de quatro meses desde a última dose recebida.

Nota

ADOLESCENTE É APREENDIDO APÓS TENTAR ATACAR COLEGAS COM FACA EM ESCOLA

Um adolescente de 15 anos foi apreendido por policiais militares após tentar atacar com golpes de faca outros jovens da escola municipal Manoel Cícero, na Gávea, zona sul. De acordo com a PM, o aluno foi contido por funcionários da própria unidade e, em seguida, apreendido em flagrante pelos agentes. Na ação, o adolescente se feriu na cabeça, sem gravidade, e foi levado ao Hospital Municipal Miguel Couto, também na Gávea.O Corpo de Bombeiros foi acionado e prestou atendimento ao menor.

JUIZ CORRUPTO

Juiz envia à PF acusações de Tacla Duran contra Moro

O juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal em Curitiba, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o depoimento do advogado Tacla Duran, réu pelo crime de lavagem de dinheiro em um dos processos da Operação Lava Jato. Na segunda-feira passada, durante depoimento prestado ao magistrado, Duran voltou a levantar suspeitas sobre as atuações do ex-procurador da República e agora deputado Deltan Dallagnol e do ex-juiz e atual senador Sergio Moro na condução do processo no qual é acusado de operar contas no exterior criadas pela extinta Odebrecht para pagamento de propina. No depoimento, o primeiro prestado desde o início das investigações da Lava Jato, Tacla Duran disse que foi alvo de perseguição por não aceitar ser extorquido. "O que estava acontecendo não era normal, era um bullying processual", afirmou.

Duran disse que foi procurado por uma pessoa que atuou como cabo eleitoral da campanha de Moro e pior um advogado (Carlos Zocolotto Junior) ligado à esposa dele, Rosangela Moro . Este último teria oferecido um acordo de delação premiada durante as investigações. A partir das menções, o juiz Eduardo Appio decidiu enviar o caso ao STF, tribunal responsável pela análise de questões envolvendo parlamentares com foro privilegiado.Por determinação do magistrado, Tacla Duran foi incluído no programa de proteção à testemunha.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ministros do STF e governo defendem redes reguladas

FELIPE PONTES/ABRASIL

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de Estado se revezaram ontem em audiência pública na defesa da regulação das redes sociais, com algum grau de responsabilização das empresas que as ofertam ao público.

De outro lado, advogados de bigtechs como Google e Meta – donas de redes e aplicativos como YouTube, Instagram, Facebook e WhatsApp – contestaram a iniciativa, argumentando que isso não garantirá uma internet mais segura no Brasil. Eles defenderam que um ambiente digital mais saudável poderá ser alcançado com o aprimoramento da autorregulação já existente.

O tema está sendo debatido em audiência pública convocada pelos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, que são relatores de dois recursos que tratam do uso abusivo das redes sociais e pedem a remoção de conteúdos. "Esse é um tema de interesse de toda a sociedade", afirmou Fux em sua fala de abertura.

A questão de fundo dos processos é saber se trechos do Marco Civil da Internet estão de acordo com a Constituição, em especial o Artigo 19 da lei, que trata da remoção de conteúdo mediante ordem judicial. A audiência pública começou ontem pela manhã e continua hoje.

Na prática, contudo, as discussões englobam também os projetos de lei que tramitam no Congresso para regular as redes sociais e a proteção da democracia no ambiente digital. Tais iniciativas, principalmente o chamado Projeto de Lei (PL) das Fake News, ganharam impulso após os atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília.

"Creio que é muito importante que o Congresso Nacional, de forma célere, delibere, para que tenhamos parâmetros legais para a atividade de plataformas digitais no Brasil, inspirados nas boas experiências internacionais", disse o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do projeto de lei, na abertura da audiência.

MINISTROS DO STF

Uma das falas mais incisivas durante a manhã foi a do ministro do Supremo Alexandre de Moraes, que é também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e trabalhou com proximidade junto às plataformas de redes sociais para garantir a segurança das eleições gerais de 2022.

"Não é possível continuarmos achando que as redes sociais são terra de ninguém, sem responsabilização alguma. Não é possível que só por serem instrumentos, depositárias das comunicações, (as plataformas) não tenham nenhuma responsabilidade", afirmou o ministro Alexandre de Moraes. "O modelo atual está falido", completou.

Moraes lembrou dos atentados do 8 de janeiro contra as sedes do Três Poderes, em Brasília, que teriam sido coordenados via redes sociais, e disse que foram um resultado da falência de tal modelo. O ministro Luís Roberto Barroso também disse haver consenso a respeito dos problemas das redes, que nos moldes atuais ameaçam democracias e a dignidade de indivíduos, tornando-se "instrumentos do extremismo político".

"Todo o mundo democrático está debatendo como lidar com este problema sem afetar com a liberdade de expressão", disse Barroso.

Gilmar Mendes, que já vem defendendo publicamente a responsabilização das redes sociais, disse que episódios como os de 8 de janeiro "de alguma forma guardam conexão direta com esse uso abusivo da internet". "É claro que o sistema jurídico precisa encontrar meios e modos de lidar com essa temática", acrescentou.

MINISTRO DE GOVERNO

Em sua vez, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o governo tem posição "opinativa" no assunto, uma vez que caberá ao Judiciário e ao Legislativo deliberar sobre o tema, mas que muito tem a contribuir a partir de debates internos e que não se furtará em opinar. "Somos pagos para isso", afirmou.

Dino abriu seu raciocínio defendendo limites às manifestações nas redes sociais e que isso não é um ataque a direitos fundamentais. "A liberdade de expressão não está em risco quando se regula. Ao contrário, defender a liberdade de expressão é regulá-la", afirmou ele.

Por esse motivo, "não há nada de exótico, ou de heterodoxo ou de pecaminoso, neste tribunal ou no Congresso, em discutir regulação do conteúdo da liberdade de expressão", acrescentou o ministro.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação e Aviso aos Acionistas: Ficam os acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia") convocados, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 27 de abril de 2023 ("AGO/E 2023"), às 11:00 (onze) horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** i. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; ii. examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; iii. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a distribuição de dividendos, a aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2023 e a retenção de parcela de lucros, conforme proposta dos órgãos da administração, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; iv. fixar a remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023; v. definir o número de membros a compor o conselho de administração da Companhia; vi. eleger os membros do conselho de administração da Companhia; vii. eleger o presidente do conselho de administração da Companhia; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** i. aprovar a aquisição, pela Companhia, das ações de sua emissão pertencentes ao Clube de Investimentos dos Ferroviários da Sudfer ("Clube Sudfer"), nos termos do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 23 da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, sujeita à condição suspensiva de aprovação da operação de aquisição pela CVM e observadas as condições que venham a ser impostas pela autarquia; e ii. alteração do objeto social da Companhia para a inclusão de novas atividades, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social e consolidação deste documento. Todos os documentos pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, situada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 707, Botafogo, Rio de Janeiro, e também no sítio eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.mrs.com.br). Para fins do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa, ainda, que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022. Para participarem da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: **a) Pessoas Físicas:** Documento de identidade (cópia autenticada) e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos últimos 30 (trinta) dias úteis pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia. **b) Pessoa Jurídica:** Cópia autenticada do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que, em caso de participação por procuração com poderes especiais, a firma do outorgante deverá estar reconhecida); documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) (cópias autenticadas), e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos últimos 30 (trinta) dias úteis pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia. **c) Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" e "b" acima, deverá apresentar mandato com poderes especiais e firma reconhecida, além de cópia autenticada do documento de identidade e CPF do procurador. **d) Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" e "b", sendo que estes devem ser notarizados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem (ou apostilados) e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 20 de abril de 2023 (inclusive), do boletim de voto à distância ("boletim"), disponibilizado nesta data, 27 de março de 2023. O acionista poderá enviar o boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do boletim podem ser verificadas no próprio boletim e no item 12.2 da última versão arquivada do Formulário de Referência da Companhia. Os acionistas que tiverem interesse em participar da assembleia exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 25 de abril de 2023 (2 – dois - dias antes da realização da Assembleia), nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: ago@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o *link* que permitirá o acesso ao sistema para participação na assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na assembleia. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://ri.mrs.com.br/ . Rio de Janeiro, 27 de março de 2023. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração

MÉXICO-EUA

Incêndio em centro de migração mata 39

Ao menos 39 pessoas morreram em um incêndio na noite de segunda-feira passada em um centro de detenção de imigrantes em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos, agravando a crise humanitária na região em meio ao recorde histórico de pessoas em busca de asilo.

O incêndio começou às 22h de segunda no local que abrigava 68 homens, todos eles das Américas do Sul e Central, segundo o Instituto Nacional de Migração (INM) mexicano, que administra o local. O órgão afirmou ainda que 29 pessoas estão em estado grave e foram levados a quatro hospitais da região.

Dados da agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) apontam que, de janeiro a dezembro de 2022, mais de 3 milhões de migrantes foram interceptados tentando ingressar em território americano sem permissão legal, um aumento de 33% em relação aos 2,7 milhões registrados no ano anterior. No topo da lista de nacionalidades flagradas estão migrantes de México, Cuba, Nicarágua, Guatemala, Honduras e Venezuela.

Um relatório recente da Organização Internacional para as Migrações (OIM) apontou que desde 2014 cerca de 7.661 migrantes morreram ou desapareceram a caminho dos Estados Unidos. Destas, 988 faleceram em acidentes ou por viajar em condições subumanas.

Ainda não se sabe a nacionalidade dos imigrantes mortos no incêndio de segunda. O INM afirmou que está "em contato com autoridades consulares de diferentes países" para identificar os mortos. O governo da Guatemala afirmou que 28 vítimas são guatemaltecas.

Vizinha de El Paso, no Texas, Ciudad Juárez é uma das principais portas de entrada nos Estados Unidos e acumula milhares de migrantes nas ruas à espera de resposta para cruzar para o país.

São muitas as tensões com os agentes federais na região e na véspera o INM havia realizado uma operação para retirar das ruas pessoas que aguardavam na cidade. Segundo o presidente, Andrés Manuel López Obrador, o incêndio começou após detidos colocarem fogo em um colchão ao saberem que seriam mandados de volta a seus países.

A situação na região se agravou após duas políticas da era Donald Trump. A mais importante foi a chamada política "Permaneça no México", que forçava os imigrantes, mesmo aqueles que tinham outras nacionalidades, a aguardarem do lado mexicano da fronteira a resposta aos pedidos de asilo. A política foi suspensa depois pelo atual presidente, Joe Biden, mas em dezembro um juiz federal ordenou que fosse retomada até que processos que os estados abriram na Justiça contra o governo fossem julgados.

A segunda política é a chamada "Título 42" que, sob a justificativa de conter a circulação da Covid-19, permitiu a expulsão de migrantes que sem que eles possam pedir asilo no país, usando do argumento sanitário para avançar na agenda republicana. Biden tentou derrubar a medida, mas a Suprema Corte a manteve em vigor.

CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S.A.

CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S/A
CNPJ nº 02.893.588/0001-85

Balanços Patrimoniais - Em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.700	2.900
Clientes (Nota 5)	1.930	1.372
Outros créditos	682	719
	5.312	4.992
Não circulante		
Depósito judicial	9.112	5.576
Subvenção - projeto linha 4 metrô (Nota 6)	439.121	439.121
Direito de Concessionario (Nota 6)	5.598.498	6.010.658
Ativo Imobilizado	20.000	20.000
	6.066.731	6.475.355
Total do ativo	6.072.043	6.480.346
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Impostos, taxas e contribuições a recolher	604	381
Obrigações com o poder concedente (Notas 6 e 7)	36.655	36.655
Fornecedores	928	2.002
Outras obrigações	279	257
	38.466	39.295
Não circulante		
Obrigações com o poder concedente (Notas 6 e 7)	402.450	402.450
Obrigações com concessão (Nota 6)	5.598.498	6.010.658
Provisões para contingências (Nota 8)	16.972	9.404
Equipamentos sinistrados (Nota 7)	15.468	15.468
	6.033.388	6.437.980
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 9)	25.571	25.571
Prejuízos acumulados	(25.382)	(22.499)
	189	3.072
Total do passivo e patrimônio líquido	6.072.043	6.480.346

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31/12/22 e 2021

(Em MR$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)	2022	2021
Receita líquida de operação (Nota 11)	222.695	137.419
Custo de operação	(206.768)	(132.592)
Lucro bruto	15.927	4.827
Receitas e despesas operacionais		
Administrativas e financeiras	(1.742)	(1.572)
Serviços técnicos	(8.121)	(9.373)
Provisões (Nota 8)	(7.568)	-
Outras receitas	65	469
	(17.366)	(10.477)
Prejuízo operacional antes de IRPJ/CSLL	(1.439)	(5.650)
Imposto de Renda	(1.055)	-
Contribuição social	(388)	-
	(1.443)	-
Prejuízo do exercício	(2.882)	(5.650)
Prejuízo do exercício por ação	(0,12)	(0,24)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/20	25.571	(16.849)	8.722
Prejuízo do exercício	-	(5.650)	(5.650)
Saldos em 31/12/21	25.571	(22.499)	3.072
Prejuízo do exercício	-	(2.882)	(2.882)
Saldos em 31/12/22	25.571	(25.382)	189

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31/12/22 e 2021 (Em MR$)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.882)	(5.650)
Ajuste ao resultado:		
Amortização do intangível	-	4.929
Prejuízo do exercício ajustado	(2.882)	(720)
Aumento (diminuição) nos ativos:		
Créditos projeto linha 4	412.160	474.774
Clientes	(558)	(547)
Imobilizado	-	(20.000)
Outros créditos	(3.498)	(4.977)
Aumento (diminuição) nos passivos:		
Obrigações com o poder concedente	(412.160)	(459.307)
Fornecedores	(1.074)	1.999
Provisões para contingências	7.568	-
Outras obrigações	245	61
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(200)	(8.719)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(200)	(8.719)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.900	11.618
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.700	2.900
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(200)	(8.719)

Notas Explicativas das DFs. em 31/12/22 e 2021 (Em MR$): 1 - Contexto Operacional: A Cia. , constituída em 14/12/98, com sua Sede Social, situada à Av. Rio Branco, 156 - sl. 1702/1703, nesta cidade, CNPJ 02.893.588/0001-85, de natureza jurídica como S.A. fechada, detentora do Contrato de Exploração (Implantação e Operação) dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô na Cidade do RJ ("Contrato de Concessão"). A Cia. não possui ações ou quaisquer outros títulos de sua emissão negociados publicamente no mercado de capitais. A Cia. não possui planos ou intenção de emitir no curto prazo títulos de patrimônio ou dívida para negociação pública no mercado de capitais. Relativamente às notícias veiculadas em diversos meios de comunicação acerca do Projeto do Metrô da Linha 4 da Cidade do RJ, a Administração da Cia. esclarece que, em razão destas, existem investigações visando apurar eventuais irregularidades. Entretanto, os procedimentos estão em fase de esclarecimentos e por este motivo a Cia. não identificou multas, dívidas ou quaisquer outros passivos que, até a presente data, venham a ter reflexo nas DFs. da Sociedade. **2 - Apresentação das DFs.:** As DFs. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das S.A. e as normas estabelecidas pelo CFC que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, e nos pronunciamentos emitidos pelo CPC. Nos exercícios findos em 31/12/22 e 2021, todos os gastos relevantes incorridos pela Cia. estavam relacionados à aquisição de seu ativo intangível e por tal motivo foram capitalizados. A partir/08/16, iniciou-se a operação comercial da Linha 4 do Metrô da cidade do RJ. Em 2022 e 2021, a Cia. não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As DFs. estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 06/03/23, a Administração da Cia. autorizou a conclusão das DFs. do exercício social findo em 31/12/22. **3 - Principais Práticas Contábeis: a) Receitas e despesas:** São contabilizadas, substancialmente, de acordo com o regime contábil de caixa. **b) Direitos e obrigações sujeitos as cláusulas contratuais de correção:** Os direitos e obrigações sujeitos as variações monetárias e juros são ajustados aos índices contratuais ou às taxas de juros específicos, conforme seja aplicável. **c) Receita de operação:** Em 1º/08/16, foi iniciada a operação comercial da Linha 4 do Metrô da cidade do RJ. A Concessionária Rio Barra firmou em 18/06/13 contrato com o Metro Rio para compartilhamento e repasse de receitas, sendo a Metro Rio responsável pelo controle, apuração e repasse da receita, a qual corresponde ao número de passageiros transportados, dessa forma, a Cia. efetua o faturamento e contabiliza as receitas relativas à operação comercial na demonstração de resultado. A partir de novembro de 2019, para apuração da receita da operação a Metro Rio, passou a descontar incondicionalmente dos valores faturados as liberalidades, sendo tratadas como liberalidades, pessoas que utilizam o sistema de forma gratuita, mas por vontade unilateral do operador e não por obrigação legal. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data da contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Cia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de rendimentos até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado. **e) Créditos projeto linha 4:** Os créditos, relativos à construção, são registrados pelo valor das etapas de obras já concluídas e ressarcidas pelo poder concedente nos termos do contrato de concessão. **f) Provisão para recuperação de ativos não financeiros:** A Administração da Cia. revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31/12/22 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos. **g) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivo:** Os ativos e passivos monetários de LP e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às DFs., são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Sociedade não identificou ativos ou passivos para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável. **i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 1) Julgamentos:** A preparação das DFs. da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das DFs.. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **2) Estimativas e premissas:** *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas DFs. devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os registros contábeis e as operações estão sujeitas ao exame das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variáveis de acordo com a legislação fiscal específica aplicável. Ação Civil Pública nº 0102232-92.2017.8.19.0001 de improbidade administrativa relativa à construção e implantação da Linha 4 do Metrô do RJ, onde a Cia. [consta no rol dos 31 réus]. A Cia. apresentou defesa prévia na Ação Civil Pública e o Juízo ainda decidirá sobre a aceitação ou não da petição inicial, entretanto foi definido cautelarmente pelo juízo a penhora de 2% da receita líquida Cia. Em 31/12/22, o saldo acumulado em penhora é de R$ 1.139.181,82. **3) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **j) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Sociedade são representados pelo caixa e equivalentes de caixas e obrigações do poder concedente. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. **k) Contratos de concessão:** A Sociedade contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas sejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da Sociedade porque o Contrato de Concessão não transfere a Sociedade o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Estado do RJ ("ERJ") na qualidade de poder concedente ao término do contrato de concessão. A Cia. tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Cia. reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público. À medida que o concessionário possua direito incondicional de receber caixa do poder concedente a concessionária reconhece um ativo financeiro (contas a receber). A amortização do direito de exploração da infraestrutura está sendo reconhecida no resultado desde 1º/08/16, quando ocorreu o início das operações comerciais da Linha 4. **l) Pronunciamentos contábeis:** Não existem pronunciamentos emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado divulgado pela Sociedade. **m) IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O IR e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados pelo lucro real, com base no resultado do exercício, ajustados por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. **n) Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31/12/22, não houve remuneração dos administradores referente a pró-labore. Não há benefícios pós-emprego de LP e por desligamento aos administradores ou quaisquer colaboradores da Cia.

4 - Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras:	2022	2021
Caixa e bancos	2.700	2.900
Caixa e equivalentes de caixa	2.700	2.900

5 - Clientes: Estão representados por contas a receber o qual corresponde a arrecadação das bilheterias no trecho da Linha 4 a qual é apurada e informada pela Metro Rio, líquido de contas a pagar proveniente na sua maior parte pelos custos de operação, o qual corresponde a locação de material rodante e sistemas operacionais de propriedade da Metrobarra S.A. **6 - Direito de Concessionário, Obrigações com o Poder Concedente e de Concessão:** Em 21/12/1998 a Cia. assinou junto ao ERJ o Contrato de Concessão para exploração do serviço público de transporte metroviário de passageiros da Linha 4, este, foi subsequente revisado e ajustado pelo primeiro, segundo, terceiro e quarto aditivo, assinados em 25/02/10, 31/08/12, 1º/10/12 e 29/12/15, respectivamente. O Contrato de Concessão e seus aditivos conferem à Sociedade o direito exclusivo de operar e explorar as concessões da Linha 4 do metrô da cidade do RJ por meio da arrecadação com operadoras de outros modais de transportes. O prazo da exploração do Contrato de Concessão se encerra em 30/06/36, salvo algum evento incerto como, eventuais prorrogações previstas contratualmente, novos termos aditivos ao Contrato de Concessão. A Sociedade é responsável pela construção, administração, operação, manutenção e reparação da Linha 4 do sistema metroviário do RJ. Nos termos do Contrato de Concessão e respectivos aditivos o poder concedente ressarcirá a Sociedade pelo custo das obras de construção e implementação da infraestrutura da Linha 4. Nos termos do contrato de construção as obras e infraestrutura da Linha 4 serão revertidas ao poder concedente ao término do contrato de concessão. Face ao acima exposto e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as receitas e custos de construção e implementação da infraestrutura da Linha 4 são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em conformidade com a medição do progresso físico das obras e a partir de 1º/08/16 são reconhecidos também, as receitas e custos da operação. A parcela referente às obras e implementação da infraestrutura da Linha 4 que representam direito incondicional de receber caixa do poder concedente estão classificadas como um ativo financeiro (contas a receber). O custo total das obras está estimado em, aproximadamente, R$ 8.744.923. A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente a evolução das obras e implementação da infraestrutura da Linha 4 e dos projetos visando a aquisição do material rodante, cabendo ressaltar que as etapas previstas para construção, implementação de infraestrutura e aquisição do material rodante estão em andamento e dentro dos prazos previstos e marcos ajustados junto ao ERJ. **7 - Obrigações com o ERJ, ou seja, Poder Concedente:** As obrigações do Contrato de Concessão decorrem dos serviços de construção, implementação e operação da Linha 4, conforme projeto básico aprovado pelo poder concedente. Em conformidade com o previsto no terceiro aditivo do contrato de concessão a Sociedade possui o direito incondicional de receber do poder concedente as parcelas relacionadas ao serviço de construção e implementação das obras e estrutura da Linha 4. O montante passível de recebimento do ERJ está classificado no ativo da Sociedade. Todas as medições efetuadas foram aprovadas pela Sociedade e os valores a receber do ERJ e a pagar aos consórcios construtores estão correntes. Em 2021, a Concessionaria Rio Barra recebeu ressarcimento no valor R$ 15.467.483,80, equivalente à indenização decorrente de sinistro com bens reversíveis, ocorrido em 2020. Estes bens foram adquiridos e ainda não aplicados na obra, em virtude de paralização dos serviços de construção. O fato foi devidamente comunicado ao Estado do RJ, Poder Concedente do contrato de Concessão, através da Cia. de Transportes Sobre Trilhos do Estado do RJ - RIOTRILHOS. **8 - Provisão para contingências:** A Sociedade é polo passivo em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões basicamente de natureza cíveis. A Administração, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos, entende que o montante de R$16.971.810 é referente as ações judiciais, onde a probabilidade de perda é "provável". **9 - Capital Social:** O capital social da Sociedade em 31/12/22, no montante de R$ 25.571 está representado por 24.423.528 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Ações	Participação (%)
Queiroz Galvão Participações-Concessões S.A.	8.141.176	33,34
Odebrecht Participações e Investimentos S.A.	8.141.176	33,33
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.	8.141.176	33,33
Total	24.423.528	100,00

10 - Instrumentos Financeiros: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informação disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31/12/22 e 31/12/21 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente de caixa, valores a receber, e obrigações com consórcios construtores. As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de imposto e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotadas na determinação do valor de mercado: Os saldos em conta corrente mantidos em banco têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento. **b) Exposição a risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxa de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Sociedade não possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. **c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros:** A Sociedade não está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros uma vez que não possui empréstimos e financiamentos. **d) Gestão do capital:** O objetivo principal da administração de capital da Sociedade é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Sociedade administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. **e) Derivativos:** A Sociedade não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício de 2022. **11 - Receita Líquida de Operação:**

	2022	2021
Receita bruta com operação	227.289	140.280
ISS	(4.594)	(2.861)
	222.695	137.419

12 - Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL: Em 31/12/22, a Sociedade apresenta em seus registros prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R$12.235 (R$14.084 em 2021), a serem compensados com lucros tributários futuros, de acordo com os limites estabelecidos na legislação tributária. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social estão limitados a 30% dos lucros futuros anuais, sem prazo de prescrição. **13 - Outros Assuntos:** Em 23/11/12, os acionistas da Sociedade outorgaram a terceiros a opção de compra da totalidade do capital social da Cia. Na mesma data estes terceiros outorgaram aos acionistas da Cia. uma opção de venda da totalidade do capital social da Sociedade. Até a presente data nada foi concluído. **14 - Eventos Subsequentes:** A Sociedade avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Diretor Presidente: Lucio Silvestre Chruczeski - CPF: 553.278.939-87
Contadora: Márcia Teresinha de Camargo - CRC SP 209754/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as DFs.

Aos Administradores e Acionistas da Cia., RJ - RJ. Opinião: Examinamos as DFs. da Cia. que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/22, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as DFs. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia., em 31/12/22, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das DFs.". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza:** Conforme mencionado na nota 1 às DFs., encontram-se em curso investigações acerca do Projeto do Metrô da Linha 4 da cidade do RJ, visando apurar eventuais irregularidades. Entretanto, os procedimentos estão em fase de esclarecimentos, não havendo qualquer decisão que impacte as DFs.. Neste contexto, até o momento, a Cia. não identificou multas, dívidas ou quaisquer outros atos, que venham a ter reflexo nas DFs. da Cia. **Outros assuntos:** As DFs. da Cia., relativas ao exercício findo em 31/12/21, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório dos auditores datado de 14/04/22, sem ressalvas e contendo a mesma incerteza acima mencionada. **Responsabilidade da administração e da governança pelas DFs.:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas DFs. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs., a administração e responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs., a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs.. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das DFs.:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs., tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs.. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs., independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs. ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs., inclusive as divulgações, e se as DFs. representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

RJ, 06/03/23.

Lopes, Machado | BKR

CRC-RJ-2026/O-5

Mário Vieira Lopes
Contador-CRC-RJ-060.611/O-0

José Carlos de Almeida Martins
Contador-CRC-RJ-036.737-0